



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Chefia do Governo:

Direcção de Serviços de Administração.

Direcção-Geral da Administração Eleitoral.

Secretaria de Estado da Reforma do Estado e Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional:

Direcção-Geral da Administração

Ministério da Justiça e Administração Interna:

Direcção-Geral de Administração.

Ministério da Defesa:

Direcção de Serviços de Administração.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas:

Direcção da Administração.

Ministério da Educação, e Valorização dos Recursos Humanos:

Direcção de Recursos Humanos

Associação Nacional dos Municípios:

Conselho Directivo.

Município de São Filipe:

Câmara Municipal.

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a o o Primeiro Ministro:

De 4 de Novembro de 2002:

Dulce Nair Gomes Teixeira, nomeada para exercer em comissão ordinária de serviço, as funções de secretária do Primeiro Ministro, nos termos previstos nos nºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com a alínea b) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 10 de Setembro de 2002.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código Ec. 01.01.01 do orçamento do Gabinete do Primeiro Ministro.

De 13 de Dezembro:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Daniel António Pereira, no cargo de Conselheiro Diplomático do Primeiro Ministro, ao abrigo da alínea a) do artigo 4º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, com efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2002.

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros:

De 15 de Novembro de 2002:

Cornélia Ireneia Évora Miranda Pereira, nomeada para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de Directora de Gabinete do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, nos termos previstos no artigo 3º, nºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2002.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código Ec. 01.01.01 do orçamento para 2002 da Chefia do Governo – Gabinete do Ministro Adjunto.

Despachos de S. Ex^a o Ministro Adjunto e da Cultura e Desportos:

De 5 de Novembro de 2002:

Rosende José Silva Pires Ferreira, nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de Director do Gabinete do Ministro Adjunto, nos termos previstos no artigo 5º, nº 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 10 de Novembro de 2002.

Justino Gomes Miranda, licenciado em Comunicação Social, nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de assessor de Gabinete do Ministro Adjunto, nos termos previstos no artigo 3º, nº 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2002.

Edna Ester Timas Gonçalves Tavares, nomeada para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de secretária do Ministro Adjunto, nos termos previstos no artigo 3º, nº 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2002.

Mário do Rosário Ramos de Pina, nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de condutor auto do Ministro Adjunto, nos termos previstos no artigo 3º, nº 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2002.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código Ec. 01.01.01 do orçamento em execução para 2002 da Chefia do Governo Gabinete do Ministro Adjunto.

Bernardina Augusta da Purificação de Oliveira Loureiro Salústio, nomeada para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de assessora do Ministro da Cultura e Desportos, nos termos previstos no artigo 3º, nºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2002.

Iva Maria Ataíde Vilhena cabral, técnica superior do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais, nomeada para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de assessora do Ministro da Cultura e Desportos, nos termos previstos no artigo 3º, nºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2002.

Maria Isabel Silves Ferreira Varela, oficial administrativo referência 8, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, nomeada para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de secretária do Ministro da Cultura e Desportos, nos termos previstos no artigo 3º, nºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2002.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código Ec. 01.01.01 do orçamento para 2002 da Chefia do Governo – Gabinete do Ministro da Cultura e Desportos.

Despacho de S. Ex^a a Secretária de Estado da Juventude:

De 5 de Novembro de 2002:

Manuel do Rosário Pereira Silva, licenciado em Sociologia, nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de assessor da Secretária de Estado da Juventude, nos termos previstos no artigo 3º, nºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 5 de Novembro de 2002.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código Ec. 01.01.01 do orçamento em execução do Gabinete da Secretária de Estado da Juventude.

Direcção dos Recursos Humanos e Assuntos gerais da Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, na Praia, 30 de Dezembro de 2002. – A Directora, *Maria de Fátima Gomes P. Monteiro*.

Direcção-Geral da Administração Eleitoral

EDITAL Nº 3/2002

Leão José Mendes Barreto, Director-Geral da Administração Eleitoral, faz público, nos termos dos artigos 39º do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 9/V/99, de 8 de Fevereiro, que é a seguinte a composição da Comissão de Recenseamento Eleitoral de S. Domingos.

Efectivos:

Emílio Evaristo Mendes Gonçalves

Hermenegildo Furtado Lopes

José Luís Moreno Carvalho

Suplentes

João Freire Moreira

Elsa Mendonça Soares de Carvalho

Direcção da Administração Eleitoral, na Praia, 30 de Dezembro de 2002. – O Director-Geral, *Leão Barreto*.

**SECRETARIA DO ESTADO
DA REFORMA DO ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Direcção-Geral da Administração Pública

Despachos de S. Ex^a a Secretário de Estado, da Reforma de Estado e Administração Pública :

De 11 de Novembro de 2002:

Maria de Lourdes Andrade Alves de Azevedo Fernandes, licenciado em Comunicação Social, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessora do Secretário de Estado, da Reforma de Estado e Administração Pública, ao abrigo dos nºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, com efeitos a partir de 18 de Novembro de 2002.

A despesa tem cabimento na divisão 1ª, Cl Ec. 01.01.01 do orçamento da Secretaria de Estado, da Reforma de Estado e Administração Pública. — (Isento do visto de Tribunal de Contas).

De 26 de Novembro:

É designado nos termos do nº 2 do artigo 5º da Resolução nº 24/98, de 8 de Junho, Armindo Andrade Sousa, para integrar a Comissão Instaladora do INAG — Instituto Nacional da Administração e Gestão, em substituição de Jessica Eduína Pires de Melo Sanches Santos.

A despesa tem cabimento na divisão 1ª, Cl Ec. 01.01.02 do orçamento vigente do INAG — Instituto Nacional de Administração e Gestão. (Isento do visto de Tribunal de Contas).

Despachos do Director-Geral da Administração Pública:

De 18 de Novembro de 2002:

Manuel Sanches Monteiro, sub-chefe principal da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 1 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovada pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 1 031 661\$93 (um milhão, trinta e um mil, seiscentos e sessenta e um escudos e noventa e três centavos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais

Iolanda Silva Ramos Santos Mota, professora do ensino básico, referência 7, escalão A, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 1 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovada pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 77º do Decreto-Legislativo nº 10/97, de 8 de Maio, com direito a pensão anual de 719 814\$48 (setecentos e dezanove mil, oitocentos e catorze escudos e quarenta e oito centavos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1º, divisão 12ª, Cl. Ec. 01.03.04 do orçamento vigente. — (Visados pelo de Tribunal de Contas, em 20 de Dezembro de 2002).

Despachos do Directora da Contabilidade Pública, por sub-delegação de S. Ea^a o Ministro das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional:

De 3 de Dezembro de 2002:

Josefa Silva Andrade, na qualidade de viúva de Adelino Freire, que foi guarda florestal do Ministério da Agricultura e Pescas, aposentado, falecido em 10 de Novembro de 2002, fixado ao abrigo do

disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovada pela Lei nº 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 56 052\$00 (cinquenta e seis mil, cinquenta e dois escudos) com efeitos a partir de 10 de Novembro de 2002.

A esta pensão deverão ser descontadas as quantias de 248 613\$00 e 241 436\$00, para compensação de aposentação, e sobrevivência, amortizáveis em 270 e 120 prestações mensais, sendo as primeiras de 944\$70 e 345\$30 e, as restantes de 920\$70 e 345\$30, respectivamente.

De 10:

Ilda Gomes Sanches Furtado, na qualidade de viúva de Vasco Gomes Furtado, que foi professor de posto escolar, aposentado, falecido em 11 de Novembro de 2002, fixado ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovada pela Lei nº 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 70 452\$00 (setenta mil, quatrocentos e cinquenta e dois escudos) com efeitos a partir de 11 de Novembro de 2002.

As despesas têm cabimento na verba org. 10º, divisão 4ª, código 01.03.05 do orçamento do Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional. — (Visados pelo de Tribunal de Contas, em 20 de Dezembro de 2002).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 3 de Dezembro de 2002. — O Director por subst. João da Cruz Silva.

—o—o—
MINISTÉRIO DA SAÚDE

**Derecção-Geral dos Recursos Humanos
e Administração**

Despachos de S. Ex^a o ex-Ministro da Saúde:

De 22 de Outubro de 2002:

Sónia Celisa Rosa Nunes Tavares, licenciada em Medicina, nomeada provisoriamente para exercer o cargo de médica geral, escalão IV, índice 100, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 26º nº 1 da Lei nº 148/IV/95, de 7 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na divisão 6º, Cl. Ec. 01.01.99 do orçamento do Ministério da Saúde. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 7 de Janeiro de 2003).

Despachos de S. Ex^a o Ministro do Estado e da Saúde:

De 4 de Dezembro 002:

É anulado o despacho de 9 de Novembro de 2002, publicado no *Boletim Oficial* nº 48/2002, II Série, de 2 de Dezembro, que designava os elementos para constituição da Junta de Saúde de Barlavento.

Havendo necessidade de se alterar a constituição da Junta de Saúde de Barlavento.

Determina-se:

A Junta de Saúde de Barlavento passa a ser constituída pelos seguintes elementos:

Membros efectivos:

- Dr. José antónio do Rosário Sousa Santos, que preside;
- Dra. Dulce Elsa Santiago Vieira Mascarenhas;
- Dra. Odete Maria Santos Cardoso da Silva.

Membros suplentes:

- João Sabino Martins;
- Camilo Lélis Maurício Neves;
- Ernesto Ramos Guilherme Rocha.

Despachos-conjunto de S. Ex^a o Ministros da Saúde e da Educação e Desportos.

De 11 de Outubro de 2002:

Felisberto Robalo Évora, técnico adjunto, referência 11, escalão B, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde — transferido, por conveniência dos serviços, nos termos do artigo 3º e 4º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, para o quadro do Ministério da Educação e Desporto, ficando colocado no Projecto CVE - 046/Saúde Escolar.

Este despacho produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2001.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na divisão 15ª, Cl. Ec. 01.01.02 do orçamento do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos (Isento do visto de Tribunal de Contas).

Despacho do Director do Hospital «Dr. Agostinho Neto», por delegação de S. Ex^a o Ministro da Saúde.

De 23 de Dezembro de 2002:

Arminda Gomes dos Santos Lopes do Nascimento, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotaventos, emitido em sessão de 20 de Dezembro de 2002, que é de seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço de 17 de Outubro de 2001 a 5 de Abril de 2002, devem ser justificadas»

Despachos do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

De 3 de Janeiro de 2003::

Maria de Fátima Carvalho Cruz, técnica profissional de 1º nível, referência 8, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração — prorrogada a respectiva licença pelo período de mais 1 (um) ano, com efeitos a partir do dia 2 de Novembro de 2002.

COMUNICAÇÃO

Vanda Maria Andrade Alves Azevedo Correia, médica geral, escalão I, índice 120, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, encontrando-se em comissão eventual de serviço em Portugal, tendo regressado ao país, retoma as suas actividades profissional a partir do dia 1 de Janeiro de 2003.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, na Praia, aos 6 de Janeiro de 2003.- O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—o—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Direcção da Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro das Finanças Planeamento e Desenvolvimento Regional.

De 1 de Agosto de 2002:

António Baptista de Pina Tavares, consultor económico, contratado na modalidade de contrato de avença, nos termos dos artigos nº 33 nºs 1 a), 3 e 34º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para prestar assessoria económica no Gabinete do Ministro das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional.

O contratado receberá pelos serviços prestados a quantia mensal correspondente ao vencimento de técnico superior principal referência 15, escalão A.

O presente contrato produz efeitos a partir da sua publicação no *Boletim Oficial*.

A despesa tem cabimento na divisão 1ª Cl. Ec. 01.01.03 do orçamento do Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 20 de Dezembro de 2002).

Despacho-Conjunto de S. Ex^a o Ministro das Finanças Planeamento e Desenvolvimento Regional e a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

De 20 de Dezembro 2002:

Tendo sido criado pelo Despacho nº 021/2002 de 9 de Dezembro de 2002, do Primeiro Ministro, o dispositivo institucional para a preparação de uma reunião de consulta com os parceiros internacionais de desenvolvimento de Cabo Verde e ter lugar em fins de Abril de 2003.

Constituindo o Comité de Coordenação o órgão responsável pela orientação geral da preparação da reunião de consulta.

Convindo designar os integrantes desse Comité de Coordenação.

Designam-se como membros do referido Comité:

- Júlio Morais, Director-Geral da Cooperação Internacional;
- Manuel Pinheiro, Director-Geral do Planeamento;
- José Luís Monteiro, Coordenador dos Serviços do Ordenador Nacional do FED;
- Jacqueline Pires Ferreira, Assessora da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

RECTIFICAÇÃO

Por erro de Administração, foi publicado de forma inexacta na II série do *Boletim Oficial* nº 49, de 9 de Dezembro de 2002, o despacho de S. Ex^a o Ministro das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, de 6 de Novembro de 2002, referente ao regresso ao quadro de origem, do Secretário de Finanças, Alberto Mendes Borges, pelo que se rectifica na parte que interessa.

Onde se lê:

... desde de 21 de Abril de 2001

Deve ler-se:

... desde de 1 de Abril de 2000

Diecção de Administração, na Praia, 3 de Janeiro de 2003. -O Director-Geral, *Carlos Manuel Barreto dos Santos*.

—o—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a a Ministra da Justiça e Administração Interna:

De 6 de Setembro de 2002:

Ao abrigo do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os art. 2º, 3º e 4º, todos do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto, Progridem os seguintes funcionários do quadro de pessoal da Direcção dos Serviços Judiciários, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2001:

Eloisa Maria Borges da Cruz Évora Borges, técnica superior, referência 13, escalão A, para referência 13, escalão B.

Dilma Benchimol Prazeres Lopes, técnica profissional de II Nível, referência 7, escalão B, para referência 7, escalão C.

Margarida Barbosa Vicente, auxiliar administrativo, referência 2, escalão F, para referência 2, escalão G.

Maria Conceição Correia Moura, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C.

Maria Rosa Varela Moreira Robalo, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

Manuela dos Reis Monteiro Ferreira Gomes, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2002:

Domingas Natália Delgado Barros, técnica adjunta, referência 11, escalão A, para referência 11, escalão B.

Maria Madalena Faria Lopes Bettencourt, oficial principal, referência 9, escalão D, para referência 9, escalão E.

Maria Bernardeth Araújo Sousa, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão C, para referência 2, escalão D.

Joana Maria Ferreira, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Ao abrigo do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os art. 2º 3º e 4º, todos do Decreto-Regulamentar n.º 13/93, de 30 de Agosto, art. 31 do Estatuto de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-A/97, de 30 de Junho, rectificado e publicado no Boletim Oficial n.º 36, I Série, de 22 de Setembro, prorridem os seguintes funcionários do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2001:

Benvinda Santos Gonçalves, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C.

Maria Virgínia R. O. Brito, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Luíza Sequeira Mendes, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Oswaldo Vale de Burgo, condutor-pesado, referência 4, escalão D, para referência 4, escalão E.

Fulgêncio C. Leite Monteiro, condutor, referência 2, escalão D, para referência 2, escalão E.

António da Silva Vieira, condutor, referência 2, escalão C, para referência 2, escalão D.

João de Pina Teixeira, condutor, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C.

Com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2002:

José Santos, secretário judicial, referência 4, escalão A, para referência 4, escalão B.

Manuel dos Santos Brito, secretário judicial, referência 4, escalão A, para referência 4, escalão B.

José António Varela Gonçalves, escrivão de direito, referência 3, escalão A, para referência 3, escalão B.

Francisco Gomes Pina Mendes, escrivão de direito, referência 3, escalão A, para referência 3, escalão B.

Ermelindo Teixeira da Costa, escrivão de direito, referência 3, escalão A, para referência 3, escalão B.

Arlindo Livramento Marques, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

José Delgado Vaz, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

Antónia Spencer Andrade Santos, ajudante de escrivão, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C.

Felisberto A. dos A. R. Varela, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

António Carlos Oliveira Mendes, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

João Borges Tavares, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

Jorge Pedro Ramos Martins, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

João Martinho Pires, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

António Santos Alves, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

Felix dos Santos Gomes, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

José Carlos Correia Lopes, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

António José Dias Andrade, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

João Alves Vieira, ajudante de escrivão, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

Cezinando Victor Tavares Semedo, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Paulo Jorge S. Santos Soares, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Maria Madalena L. F. Almeida, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Amélia Zenaida P. Fernandes, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

João Pereira Fonseca, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Joaquim Tavares Semedo, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Maria Filomena G. Pina S. Tavares, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Paula Salvadora V. B. Carvalho, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Ana Gilda Silva Lucas, oficial de diligência, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Maria Martina Gomes Teixeira Lopes, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Vicência Julia Silva, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Varela Fernandes, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Domingas Fortes Soares, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Samuel Augusto L. Monteiro, condutor, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C.

Manuel Nascimento Ramos, condutor, referência 2, escalão E, para referência 2, escalão C.

Manuel Eduíno Sousa Lopes, condutor, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

Armando da Cruz Lopes, condutor, referência 2, escalão C, para referência 2, escalão D.

Ao abrigo do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os art. 2º 3º e 4º, todos do Decreto-Regulamentar n.º 13/93, de 30 de Agosto, art. 27º do Estatuto de pessoal do Quadro Privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97, de 30 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, prorridem os seguintes funcionários, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2001:

Maria de Fátima Almeida Duarte, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão C, para referência 2, escalão D.

Fernando Sanches Tavares, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão D, para referência 1, escalão E.

Joana Rocha Miranda Brito, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2002:

António Pedro Silva Varela, oficial notário de 3ª Classe, referência 6, escalão B, para referência 6, escalão C.

Carlos Manuel Fontes Pereira Silva, oficial notário de 3ª Classe, referência 6, escalão A, para referência 6, escalão B.

Augusto Alberto Mendes, oficial primeiro ajudante, referência 4, escalão A, para referência 4, escalão B.

Filomena Rosa Teixeira Silva, oficial segundo ajudante, referência 3, escalão A, para referência 3, escalão B.

Silvestre Deodato Circuncisão Oliveira, oficial segundo ajudante, referência 3, escalão A, para referência 3, escalão B.

Maria do Rosário de Fátima Brito Vieira, oficial terceiro ajudante, referência 2, escalão A, para referência 2, escalão B.

Maria da Cruz Lopes Rebelo Medina, oficial quarto ajudante, referência 1, escalão C, para referência 1, escalão D.

Maria do Céu Monteiro Rocha, oficial quarto ajudante, referência 1, escalão C, para referência 1, escalão D.

Inácia Lopes Tavares Barbosa Amado, oficial quarto ajudante, referência 1, escalão C, para referência 1, escalão D.

Anilda Filomena da Cruz Oliveira, oficial quarto ajudante, referência 1, escalão B, para referência 1, escalão C.

Emanuel Lopes de Carvalho Afonso, oficial quarto ajudante, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Adriano Jorge dos Santos Silva Noro, oficial quarto ajudante, referência 1, escalão A, para referência 1, escalão B.

Maria da Conceição Lima Marçal, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão C, para referência 1, escalão D.

Ao abrigo do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os art. 2º 3º e 4º, todos do Decreto-Regulamentar n.º 13/93, de 30 de Agosto, Progridem os seguintes funcionários do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Legislação, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2001:

Maria de Fátima Soares Frederico Alves, oficial principal, referência 9, escalão D, para referência 9, escalão E.

Helder Apolinário Silves Ferreira, assistente administrativo, referência 6, escalão A, para referência 6, escalão B.

Zenaida Mendes, auxiliar administrativo, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C.

Com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2002:

Oumar da Conceição Diallo, técnico superior, referência 13, escalão A, para referência 13, escalão B.

Gizela Maria Barreto Almeida, técnica superior, referência 13, escalão A, para referência 13, escalão B.

Filomena Filinta Soares Almada, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão C, para referência 1, escalão D.

Ao abrigo do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os art. 2º 3º e 4º, todos do Decreto-Regulamentar n.º 13/93, de 30 de Agosto, Progridem os seguintes funcionários do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e da Reintegração Social, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2001:

Daniel Cardoso Fernandes, cozinheiro, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C.

Idalina Tavares Rocha, lavadeira, referência 1, escalão D, para referência 1, escalão E.

Com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2002:

Filipe Andrade Soares de Carvalho, oficial principal, referência 9, escalão D, para referência 9, escalão E.

Ângela Margarida Andrade Sena, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão C, para referência 2, escalão D.

Lúcia Correia Semedo, auxiliar administrativa, referência 2, escalão C, para referência 2, escalão D.

Eduína Monteiro, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C.

Daniel Gomes, cozinheiro, referência 2, escalão C, para referência 2, escalão D.

Antéria Fortes da Cruz, ajudante serviço gerais, referência 1, escalão D, para referência 1, escalão E.

Cândida Margarida Silva, lavadeira, referência 1, escalão E, para referência 1, escalão F.

Narcisa Antónia Gote, lavadeira, referência 1, escalão D, para referência 1, escalão E.

Os encargos resultantes da presente progressão encontram contrapartida na Divisão 3.ª El. Ec. 01.01.99 – do orçamento do Ministério da Justiça e Administração Interna.

Despacho de S. Exª Directora-Geral da Administração.

De 2 de Janeiro de 2003:

Fernando Jorge Correia Semedo, subchefe do corpo de guarda prisional, referência 4, escalão A, do quadro da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciário e Reinserção Social, que se encontra de licença sem vencimento, até 60 (sessenta) dias, reassumiu as suas funções no passado dia 30 de Outubro de 2002.

Despacho de S. Exª Directora-Geral dos Registos Notariado e Identificação.

De 6 de Maio de 2002:

Silvestre Deodato da Circuncisão Oliveira, oficial 2º ajudante, referência 3, escalão A, do quadro privativo dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Administração Interna, designado para substituir o Conservador/Notário Chefe de Nível II, do Sal, ao abrigo do disposto no nº 10 do artigo 15º do Decreto-Legislativo nº 12-B/97, de 30 de Junho, com efeitos a partir do dia 17 de Maio de 2002.

Direcção-Geral da Administração, do Ministério da Justiça e Administração Interna, na Praia, aos 6 de Janeiro de 2003. - A Directora-Geral p/s, *Maria de Fátima de Silva*.

—o—

MINISTÉRIO DA DEFESA

Direcção de Serviço de Administração

Despacho de S. Exª o Ministro da Defesa.

De 13 de Dezembro de 2002:

Ana Margarete Rodrigues Brazão de Almeida, técnica superior da referência 13, escalão A, da Direcção-Geral de Defesa, concedida licença sem vencimento de longa duração pelo período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 2002, nos termos dos artigos 47º a 49º do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril.

Direcção de Serviço de Administração do Ministério da Defesa, na Praia, aos 16 de Dezembro de 2002. - A Directora, *Serafina Alves*.

—o—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS

Direcção da Administração

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 39 II Série de 30 de Setembro de 2002, o despacho do Director da Administração, referente as progressões dos funcionários do MAP, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Ivone dos Santos Monteiro, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B;

Catarina dos Santos Tavares Rocha, escriturária-dactilógrafa referência 2, escalão B, para escalão C;

Beda Martins Spencer, escriturária-dactilógrafa, referência 2 escalão, para escalão D;

António Augusto Roberto da Luiz, técnico profissional de 2º nível, referência 7, escalão A, para escalão B.

Deve ler-se:

Ivone dos Santos Correia Monteiro, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão B, para escalão C;

Catarina dos Santos Tavares Sousa, escriturária-dactilógrafa referência 2, escalão B, para escalão C;

Beda Martins Spencer, escriturária-dactilógrafa, referência 2, escalão C, para escalão D;

António Augusto Roberto da Luz, técnico profissional de 2º nível, referência 7, escalão A, para escalão B.

Direcção da Administração do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, na Praia, 15 de Outubro de 2002. - O Director da Administração, *Oswaldo do Oliveira e Cruz*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Direcção de Recursos Humanos

Despacho de S. Ex^a o ex-Ministro da Educação, Ciência, Juventude e Desportos.

De 30 de Novembro de 1999:

Helena Maria Loureta Soares Moura, Professora do Ensino Secundário, referência 8, Escalão A, com contrato administrativo de provimento, da Escola Secundária "Constantino Semedo", nomeada, definitivamente, na carreira docente, na referida categoria, nos termos do Nº 2 do Artº 19º e da alínea b) do Nº 3 do Artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do Artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Despacho de S. Ex^a Ex-Ministro da Educação, Cultura e Desportos.

De 17 de Maio de 2001:

Victor Manuel dos Reis Fortes, Professor do Ensino Secundário de Primeira, referência 9, Escalão A, com contrato administrativo de provimento, da Escola Secundária de Santa Catarina, nomeado, definitivamente, na carreira docente, na referida categoria, nos termos do Nº 2 do Artº 19º e da alínea c) do Nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do Artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 19:

José Maria Tavares Fernandes, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, Escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Concelho da Praia, nomeado, definitivamente, na carreira docente, na referida categoria, nos termos do Nº 2 do Artº 19º e da alínea b) do Nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do Artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 20:

Ana Andrade Pereira Cabral, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, Escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Concelho de São Filipe, nomeado, definitivamente, na carreira docente, na referida categoria, nos termos do Nº 2 do artº 19º e da alínea b) do Nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 25:

António Resende Gomes de Pina, Professor do Ensino Secundário, referência 8, Escalão A, com contrato administrativo de provimento, da Escola Secundária "Cónego Jacinto Peregrino da Costa", nomeado, definitivamente, na carreira docente, na referida categoria, nos termos do Nº 2 do artº 19º e da alínea b) do Nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Ester Augusta Lobo Monteiro, Professora do ensino secundário, referência 8, Escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária Polivalente "Cesaltina Ramos", nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do Nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do Nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 12ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

De 28:

Maria Socorro Cardoso Monteiro, Professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 16 do Concelho da Praia, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do Nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do Nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 7 de Junho:

Arlindo Gomes Furtado, Professor do ensino básico de primeira, Ref. 7, Esc. A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 14 do Concelho de Santa Catarina, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do Nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do Nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Ana Ivete Silva Fernandes, Professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 14 do Concelho de Santa Catarina, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do Nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do Nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

António Samuel Lopes Ferreira Silva, Professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 1 do Concelho de São Filipe, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do Nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do Nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 11ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

De 10 de Junho:

Isalela Maria Cabral Fernandes, Professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 5 de Paiol, Concelho da Praia, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do Nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do Nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Divisão 12ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

De 22:

Fernanda dos Santos Craveiro Miranda, Professora do ensino básico de primeira, Ref. 7, Esc. A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 10 do Concelho da Praia, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do Nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do Nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo Nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o Nº 5 do artº 13º da Lei Nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Divisão 11ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

De 6 de Julho:

Nelson Brito Oliveira, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 5 do Concelho da Ribeira Grande, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 14:

Maria Luísa Nascimento Rocha, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 3 de Pretória, Concelho do Sal, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Irineu Andrade Almeida, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7 escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 1 do Concelho do Sal, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 1 de Agosto:

Manuel Alberto dos Santos Gomes, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 2.1 do Concelho do SAL, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 3:

Élida Line Andrade Semedo, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 18 do Concelho da Praia, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 11ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

De 29 de Outubro:

Cecília Monteiro Fernandes Gamboa, Professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária de Santa Catarina, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 5 e Novembro:

Evandro Carlos Nobre Dias, Professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária "José Augusto Pinto", nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 12ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

Noémia Rodrigues Delgado Ramos Lima, Professora do Ensino Básico de Primeira, Ref. 7, Esc. A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo de Salamansa, Concelho de São Vicente, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Divisão 11ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

De 5 de Dezembro:

Florinda Tavares Semedo, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 12 do Concelho de Santa Catarina, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

João de Ramos Morais, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 5 do Concelho da Ribeira Grande, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Elizete Ramos dos Santos, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Concelho de Boavista, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Braulion Livramento Marques, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Concelho de Boavista, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Euclides Ramos Alves, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Concelho de Boavista, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 14 de Janeiro de 2002:

Juvenal Vaz, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo Nº 13 do Concelho da Praia, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Octávio Tavares Varela, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 22 do Concelho de Santa Catarina, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Francisco Pinto Semedo, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 12 do Concelho de Santa Catarina, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Maria Ducclina Fernandes Varela, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 22 do Concelho de Santa Catarina, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 14 de Março:

Ana Maria José da Luz Cardoso de Pina, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 8 de Lém-Ferreira, Concelho da Praia, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 11ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

Claudino da Veiga Mendonça, Professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária "Cónego Jacinto Peregrino da Costa", nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Divisão 12ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

De 21:

Tomás de Pina Cunha, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 6 de Achada Fazenda, do Concelho de Santa Cruz, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do Artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 1 de Abril:

Maria Conceição Cardoso, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo Nº 17 do Concelho da Praia, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 11ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

Maria Judith Costa Soares, Professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária do Tarrafal, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do Nº 2 do Artº 19º e com a alínea b) do nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 2:

Rita Maria Mendes de Pina, Professora do ensino secundário, escalão 8, escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária de São Domingos, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º

e com a alínea b) do nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 4:

Luísa Almeida Pereira, Professora do ensino secundário, escalão 8, escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária de São Domingos, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 12ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização Humanos.

De 5:

Albertina Furtado Fernandes, Professora do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 17 do Concelho da Praia, nomeada, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 11:

Ildo Rocha Ferreira Gomes, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Concelho do Porto Novo, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 11ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

José Jorge Viriato Mendes Landim, Professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária do Tarrafal nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 12:

Lucília Maria Furtado Correia, Professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, com contrato administrativo de provimento na Escola Secundária de São Domingos, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 3 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 12ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

De 30:

José Henriques Gomes Correia, Professor do Ensino Básico de Primeira, referência 7, escalão A, com contrato administrativo de provimento, do Pólo nº 32 de Veneza, Concelho de São Miguel, nomeado, definitivamente, na carreira docente, no referido cargo, nos termos do nº 2 do artº 19º e com a alínea b) do nº 2 do artº 39º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o nº 5 do artº 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Divisão 11ª, Cl. Ec. 01.01.02 do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos.

Despacho de S. Ex^a Secretário Geral do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos Desporto.

De 13 de Dezembro de 2002:

Artur Jorge Évora Rocha, monitor especial, referência 5, escalão C, contratado, do quadro do pessoal da Escola Secundária "Cónigo Jacinto Peregrino da Costa" Pólo "Regina Silva" - aplicação a lena de suspensão graduada em 12 meses, ao abrigo do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 34º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, com efeito a partir de 1 de Agosto de 2002.

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 46/2002, II Série, de 18 de Novembro, o despacho referente à concessão de subsídio mensal de 20% à professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, Maria Augusta dos Santos Cabral, do concelho da Praia, pelo que de novo, se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... atribuído o subsídio mensal de 10%

Deve ler-se:

... atribuído o subsídio mensal de 20%

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 46/2002, II Série, de 18 de Novembro, o despacho referente à concessão de subsídio mensal de 30% à professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, Maria Mendonça Correia, do concelho da Praia, pelo que, de novo, se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Marina Mendonça Correia

Deve ler-se:

... Mariana Mendonça Correia

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, na Praia, 2 de Janeiro de 2003. — O Director, *Ulisses Monteiro*.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS CABO-VERDIANOS

Conselho Directivo

Alteração a contrato de prestação de serviços em regime de avença.

O valor da remuneração mensal de contrato de prestação de serviço, na modalidade de avença, firmado entre a ANMCV e Miguel António Ramos, advogado e consultor jurídico, publicado no *Boletim Oficial* nº 48, II Série, de 26 de Novembro de 2001, passa a ser o correspondente a técnico superior, referência 15, escalão A, da Junção Pública.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1º, artigo 2º do orçamento privativo da ANMCV. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Dezembro de 2002).

Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdeanos, 6 de Janeiro de 2003. — A Secretária-Geral, *Fernanda Almeida*.

oço

MUNICÍPIO DE SÃO FILIPE

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Filipe:

De 26 de Dezembro de 2002:

Miguel Barbosa Ribeiro, técnico adjunto, referência 11, escalão B, do quadro privativo do Município de São Filipe, concedido, nos termos do artigo 47º e 49 do Decreto-Legislativo 3/93, de 5 de Abril, licença sem vencimento de longa duração, por um período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2003.

Câmara Municipal de São Filipe, aos 26 de Dezembro de 2002. — O presidente da Câmara, *Eugénio Miranda da Veiga*.



BOLETIM OFICIAL

Registro legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, de n.ºs concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional

A inserção no Boletim Oficiais depende da ordem de publicação nela aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelecom.cv

ASSINATURAS

Para o país:	Ano		Semestre		
	Ano	Semestre	Ano	Semestre	
I Série	5 000\$00	3 700\$00	I Série	6 700\$00	5 200\$00
II Série	3 500\$00	2 200\$00	II Série	4 800\$00	3 800\$00
III Série	3 000\$00	2 000\$00	III Série	4 000\$00	3 000\$00
AVULSO por cada página	10\$00		Para outros países:		
Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.			I Série	7 200\$00	6 200\$00
			II Série	5 800\$00	4 800\$00
			III Série	5 000\$00	4 000\$00
AVULSO por cada página	10\$00				

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	5 000\$00
1/2 Página	2 500\$00
1/4 Página	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTA NÚMERO — 100\$00